

Relatório de Auditoria Anual de Contas



Presidência da República

Controladoria-Geral da União

Secretaria Federal de Controle Interno

Unidade Auditada: 8A.SUPERINTEND.DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL

Exercício: 2012

Processo: 08666005196201330

Município: Florianópolis - SC

Relatório nº: 201306098

UCI Executora: CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DE
SANTA CATARINA

Análise Gerencial

Senhor Chefe da CGU-Regional/SC,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201306098, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre a prestação de contas anual apresentada pela 8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/SC.

1. Introdução

Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 15/04/2013 a 10/05/2013, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame, na ocasião da realização do Acompanhamento Permanente de Gastos - APG e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de Auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

2. Resultados dos trabalhos



Verificamos na Prestação de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-63/2010 e pela DN-TCU- 119/2012 e 124/2012.

Em acordo com o que estabelece o Anexo IV, itens 4 e 14 da DN-TCU-124/2012, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:

2.1 Avaliação da Conformidade das Peças

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item considerou-se as seguintes questões de Auditoria: (i) se a unidade jurisdicionada elaborou todas as peças a ela atribuídas pelas normas do Tribunal de Contas da União para o exercício de referência; (ii) se as peças contemplam os formatos e conteúdos obrigatórios nos termos da DN TCU nº 119/2012, da DN TCU nº 124/2012 e da Portaria-TCU nº 150/2012.

A metodologia da equipe de auditoria consistiu na análise censitária de todos os itens que compõem o Relatório de Gestão e as peças complementares.

A partir dos exames referentes ao Processo nº 08666005196/2013-30 concluiu-se que a Unidade elaborou todas as peças a ela atribuídas pelas normas do Tribunal de Contas da União para o exercício de 2012. Além disso, as peças contemplam os formatos e conteúdos obrigatórios nos termos da DN TCU nº 119/2012 e 124/2012 e da Portaria-TCU nº 150/2012.

2.2 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item considerou-se a seguinte questão de auditoria: (i) se os resultados quantitativos e qualitativos da gestão, em especial quanto à eficácia e eficiência dos objetivos e metas físicas e financeiras planejados ou pactuados para o exercício, foram cumpridos.

Verificamos os resultados quantitativos e qualitativos da gestão, em especial quanto à eficácia e eficiência dos objetivos e metas físicas e financeiras, planejados ou pactuados para o exercício. A metodologia da equipe de Auditoria consistiu na análise da Ação 2000 - Administração da Unidade, de maior materialidade da UJ, responsável por aproximadamente 46,48% da execução financeira, e a Ação 201C, Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (considerando a verificação, no Relatório de Gestão, de baixa execução de meta física realizada nesta Ação).

Ação 2000

A unidade disponibilizou no Relatório de Gestão de 2012 as seguintes informações sobre as Ações referidas:

Identificação da Ação	
Código	2000
Descrição	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE
	-
Unidade Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL –



		DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	4.768.357,16	4.768.357,16	4.112.448,44	-	655.908,72	4.112.448,44
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	Não se aplica	-	-	-	4.768.357,16	4.112.448,44

No Relatório de Gestão de 2012 a unidade auditada também disponibilizou sua análise crítica:

“Essa Ação refere-se aos contratos de terceirização e despesas públicas, dentro da qual esta UJ mantém contrato de apoio administrativo, vigilância, limpeza e estagiários. Ademais, as despesas com água, luz e esgoto também incluem-se nessa Ação, bem como despesas com publicações legais, taxa de iluminação, aluguel de hangar, correios, licenciamento e DPVAT de viaturas. Nesse sentido, oportuno frisar que se faz difícil o estabelecimento de metas, uma que se tratam de despesas com a manutenção do funcionamento da Regional e a despesa é gerada de acordo com a demanda”.

Tendo em vista que a Unidade Jurisdicionada não estabeleceu metas físicas ao Programa de Governo/Ação acima mencionado, não foi possível avaliar se o percentual de execução financeira é compatível com a meta física da Ação de Governo. Assim, uma avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão, em especial quanto à eficácia e eficiência dos objetivos e metas físicas e financeira, planejados ou pactuados para o exercício ficou prejudicada.

Considerando a importância de se estabelecer as metas físicas da referida Ação de Governo, em que pese a dificuldade acima mencionada no estabelecimento das mesmas, serão realizadas verificações no âmbito do Acompanhamento Permanente de Gestão durante o exercício de 2013, para incorporação das citadas metas físicas na próxima Auditoria Anual de Contas.

Ação 20IC

Por sua vez, verificamos que a Ação 20IC - ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS – ENAFRON, atingiu sua meta física no exercício de 2012:

Identificação da Ação	
Código	20IC
Descrição	ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS - ENAFRON
Iniciativa	03DO - Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e



		Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões				
Unidade Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Unidade Orçamentária		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	478.753,62	478.753,62	473.857,05	-	5.866,03	473.857,05
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Operação Apoiada	unidade	01	01	478.753,62	473.857,05

Sobre o tema, a 8ª SRPRF/SC expediu no Relatório de Gestão de 2012 sua análise crítica:

“Foram envidados esforços no combate ao crime nas regiões de fronteiras. As metas foram cumpridas, com diversas apreensões de drogas, contrabando, descaminho e detenções de pessoas. A Operação Sentinela permaneceu ativa durante praticamente todo o ano de 2012, proporcionando um incremento no efetivo nas regiões de fronteira, promovendo uma fiscalização mais forte e trazendo uma maior sensação de segurança para essas regiões. Os policiais deslocados para a operação receberam instruções prévias de como seriam realizados os trabalhos e também foram repassadas informações sobre rotas de crimes, *modus operandis* dos criminosos locais e outras informações relevantes disponibilizadas pela Núcleo de Inteligência desta Unidade Regional. Trazendo os resultados da execução dessa Ação, concomitantemente com a Ação 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais (analisada à frente), destacamos os resultados apresentados no Quadro Q.5 - “*RESULTADOS OPERACIONAIS – 8ª SRPRF/SC*”. Todavia, apesar dos bons resultados obtidos, frisa-se acerca da dificuldade relacionada à falta de efetivo”.

Considerando as informações acima dispostas e que a Unidade Jurisdicionada estabeleceu para 1 (uma) meta física uma meta financeira prevista de R\$ 478.753,62 e a respectiva meta financeira realizada foi de R\$ 473.857,05, entende-se que o montante de execução financeira foi compatível com a meta física estabelecida. Neste cenário, conclui-se que foram atingidos os objetivos e metas físicas e financeiras planejadas para o exercício de 2012, referente à ação 201C - ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS – ENAFRON.

Cabe salientar que houve modificações de valores referentes às informações constantes no Relatório de Gestão de 2012, relativamente a Ação 201C, havendo necessidade da 8ª



SRPRF/SC enviar complementações dessas informações ao Tribunal de Contas da União.

2.3 Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item considerou-se a seguinte questão de auditoria: (i) se os indicadores da unidade jurisdicionada atendem os seguintes critérios:

- Compleitude (capacidade de representar, com a maior proximidade possível, a situação que a UJ pretende medir e de refletir os resultados das intervenções efetuadas na gestão);
- Comparabilidade (capacidade de proporcionar medição da situação pretendida ao longo do tempo, por intermédio de séries históricas);
- Confiabilidade (confiabilidade das fontes dos dados utilizados para o cálculo do indicador, avaliando, principalmente, se a metodologia escolhida para a coleta, processamento e divulgação é transparente e reprodutível por outros agentes, internos ou externos à unidade);
- Acessibilidade (facilidade de obtenção dos dados, elaboração do indicador e de compreensão dos resultados pelo público em geral);
- Economicidade (razoabilidade dos custos de obtenção do indicador em relação aos benefícios para a melhoria da gestão da unidade).

Os indicadores contidos no Relatório de Gestão do Exercício de 2012 evidenciam a gestão promovida em 2012 e permitem que as principais informações sobre a unidade estejam disponíveis ao cidadão e sirvam de parâmetro para as próximas gestões da entidade auditada. Os mesmos são elaborados pela sede do órgão em Brasília.

2.4 Avaliação dos Indicadores dos Programas Temáticos

Considerando que na Lei N °12.593/2012 os indicadores são exigidos apenas para os programas temáticos, considerando que durante a gestão 2012 o decreto de Gestão do PPA 2012-2015 (decreto 7.866/2012) foi publicado no DOU apenas em 20.12.2012, considerando que mesmo nesse normativo as atribuições quanto à atualização dos indicadores dos programas recai sobre o Ministério do Planejamento, considerando que a responsabilidade sobre os órgãos inicia-se a partir dos Objetivos (nível inferior ao nível dos programas), a avaliação do item 4 do anexo IV da DN 124/2012 restou prejudicada. Quanto aos indicadores das ações que não são citados ou mencionados, nem na lei 12.593/2012, nem no Decreto 7.866/2012, estes são já estão sendo avaliados nos resultados quantitativos e qualitativos da ação atendendo assim ao estabelecido na Portaria SOF n° 103, de 19 de outubro de 2012. Dessa forma, o controle interno se abstém de emitir opinião sobre o item 4 na gestão 2012.

2.5 Avaliação da Gestão de Pessoas

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item considerou-se as seguintes questões de Auditoria: (i) se a gestão de pessoas possui processos de trabalho que buscam a adequabilidade da força de trabalho da unidade frente às suas atribuições? (ii) se o(s) setor(es) responsável(is) observou(aram) a legislação aplicável à remuneração, cessão e requisição de pessoal? (iii) se os registros pertinentes no



sistema contábil e nos sistemas corporativos obrigatórios (foco no SIAPE) estão sendo lançados de forma tempestiva e possuem qualidade suficiente ao nível de sensibilidade inerente ao assunto? (iv) se o(s) setor(es) responsável(eis) observou (aram) a legislação aplicável à admissão de pessoal, concessão de aposentadorias, reformas e pensões? (v) se os registros pertinentes no sistema contábil e nos sistemas corporativos obrigatórios (foco no SISAC) estão sendo lançados de forma tempestiva e possuem qualidade suficiente ao nível de sensibilidade inerente ao assunto? (vi) se os controles internos administrativos relacionados à gestão de pessoas são consistentes?

Em função da inexistência de previsão de lotação legal e efetiva no âmbito da 8ª SPRF, essas informações não constaram do Relatório de Gestão da Unidade; não havendo, portanto, condições de se verificar da compatibilidade entre o quantitativo de 531 servidores da Instituição com a lotação autorizada.

Questionada a respeito, a UJ informou que a força de trabalho existente encontra-se muito aquém da sua necessidade. Esta apresentou estudo realizado pela Seção de Recursos Humanos, considerando diversas situações e variáveis, chegando-se a definição de que o efetivo mínimo para a 8ª SPRF seria de 537 servidores, valor muito próximo a lotação efetiva. O referido estudo, não validado pela equipe de auditoria, também trouxe que o efetivo desejável para a realização do serviço esperado pela sociedade seria de 897 servidores.

O quadro apresentado pela UJ no Relatório de Gestão, a seguir reproduzido sem validação, traz o quantitativo de 531 servidores da Instituição, cuja compatibilidade não pode ser verificada.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	531	54	18
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	531	54	18

Fonte: Relatório de Gestão da UJ

O percentual de servidores com provimento de cargo efetivo que apresenta idade acima de 51 anos é de 18%, o que representa um baixo índice potencial de redução da força de trabalho na unidade, embora esta tenha manifestado que em 2014 há a previsão de ocorrência de preenchimento de requisitos à aposentadoria voluntária de aproximadamente 64 servidores policiais rodoviários federais. Com a autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concurso nacional para 1.000 policiais rodoviários federais, a UJ informou esperar conseguir a devida reposição do quadro das aposentadorias previstas.

A análise do Controle Interno em relação às ocorrências da folha de pagamento, relacionadas no quadro a seguir, ficou prejudicada em função de que a unidade auditada não apresentou documentação comprobatória para análise das ocorrências de pessoal tempestivamente à capacidade de análise das respostas pela equipe de auditoria.

A	B	C	D	E	F
Reposição ao erário	11	0	0	0	11
Aposentadoria proporcional com provento integral	1	0	0	0	1
Devolução do adiantamento de férias.	8	0	0	0	8



Aposentados sem Paridade Recebendo Parcelas Incompatíveis Previstas para Servidor Ativo	6	0	0	0	6
Aposentados pela EC 41 ou Posterior 47 com Provento Informado	6	0	0	0	6

Legenda:

- A. Descrição da ocorrência.
- B. Quantidade de servidores relacionados.
- C. Quantidade de ocorrências acatadas totalmente pelo gestor.
- D. Quantidade de ocorrências acatadas parcialmente pelo gestor.
- E. Quantidade de ocorrências não acatadas pelo gestor
- F. Quantidade de ocorrências aguardando resposta do gestor.

A UJ não possui mecanismos de detecção de casos de acumulação de cargos, à exceção de exigir no ato da posse por nomeação de candidatos habilitados em concurso a declaração de acumulação de cargos, por conseguinte, a Unidade não constatou qualquer ocorrência de acumulação de cargos, funções e empregos públicos.

Os indicadores de pessoal de que a unidade auditada se utiliza constam do seu Relatório de Gestão e possuem características de adequabilidade. Os referidos indicadores foram apresentados textualmente, alguns deles sem quantitativos numéricos ou séries históricas, prejudicando uma avaliação gerencial dos seus valores pelos gestores da Instituição.

Todos os atos de pessoal sujeitos a registros e comunicação ao TCU por intermédio do SISAC e todas as informações sobre os atos submetidos a registro no órgão de controle interno são realizados de forma centralizada pelo DPRF.

As condições disponíveis para a equipe de auditoria durante os exames realizados foram insuficientes para atestar a propriedade da gestão de pessoas na busca da adequabilidade dos processos da força de trabalho da unidade frente às suas atribuições; para atestar a observância dos setores responsáveis à legislação aplicável à remuneração, cessão e requisição de pessoal; para atestar o lançamento tempestivo e qualitativo dos registros pertinentes no sistema contábil e nos sistemas corporativos.

2.6 Avaliação da Situação das Transferências Voluntárias

Não houve no exercício de 2012, por parte da UJ, atos de gestão relacionados ao item 7 – Avaliação da Gestão de Transferências, do Anexo IV da DN TCU nº 124/2012.

2.7 Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios da UJ

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item foram consideradas as seguintes questões de Auditoria: (i) se os processos licitatórios realizados na gestão 2012 foram regulares; (ii) se os processos licitatórios e as contratações e aquisições feitas por inexigibilidade e dispensa de licitação foram regulares; (iii) se os critérios de sustentabilidade ambiental foram utilizados na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras; (iv) se os controles internos administrativos relacionados à atividade de compras e contratações estão instituídos de forma a mitigar os riscos.

A metodologia empregada pela equipe de Auditoria consistiu em selecionar aleatoriamente alguns processos (licitações, inexigibilidade e dispensas de licitação) com o fim de promover verificação quanto à regularidade dos mesmos.



Foram selecionados os seguintes processos:

- de 15 processos licitatórios foram selecionados 3 pregões representando 20% do quantitativo de 15 processos, promovidos pela entidade em 2012;

- 2 processos de dispensa de licitação, representando 22,22 % do quantitativo de 9 processos de dispensa promovidos em 2012;

- 1 processo de inexigibilidade, representando 25 % do quantitativo de 4 processos promovidos em 2012.

Abaixo estão indicados informações referentes aos processos retromencionados analisados:

Licitações

Quantidade total Processos Licitatórios	Volume total de recursos dos processos licitatórios (R\$)	Quantidade avaliada	Volume de recursos avaliados (R\$)	Quantidade em que foi detectada alguma irregularidade	Volume dos recursos em que foi detectada alguma irregularidade
15	11.323.657,06	03	1.276.162,11	0	0

Dispensa de Licitação

Quantidade total Dispensas	Volume total de recursos de dispensas (R\$)	Quantidade avaliada	Volume de recursos avaliados (R\$)	Quantidade em que foi detectada alguma irregularidade	Volume dos recursos em que foi detectada alguma irregularidade
09	700.339,04	02	5.243,50	0	0

Inexigibilidade de Licitação

Quantidade total Inexigibilidade	Volume total de recursos de Inexigibilidade (R\$)	Quantidade avaliada	Volume de recursos avaliados (R\$)	Quantidade em que foi detectada alguma irregularidade	Volume dos recursos em que foi detectada alguma irregularidade
04	162.830,29	01	1.200,00	0	0

Após verificação dos processos acima referidos, conclui esta equipe de Auditoria que os mesmos encontram-se regulares, não sendo detectadas impropriedades na ocasião da análise dos mesmos.

Por sua vez, no que tange à verificação da utilização de critérios de sustentabilidade ambiental a metodologia consistiu em selecionar aleatoriamente alguns processos, destacando-se as aquisições e contratações relacionadas à Tecnologia da Informação (TI), Obras e serviços de limpeza a fim de propiciar uma análise e relatoria mais setORIZADA e precisa das possíveis constatações e/ou boas práticas levantadas. Foram selecionados os seguintes processos:

Pregão 21/2012 – Contratação de serviços de manutenção (obras) na sede da 8ª SRPRF/SC;



Pregão 24/2012 – serviços continuados de limpeza;
 Pregão 01/2011 – contratação de serviços de cópia com disponibilização de equipamentos multifuncionais (impressora, copiadora, scanner etc).

Compras sustentáveis

Área	Quantidade de processos de compra na gestão 2012	Quantidade de processos de compra selecionados para avaliação	Quantidade de processos (dos avaliados) em dispensados de aplicar a legislação de compras sustentáveis	Quantidade de processos (dos avaliados) em conformidade com a legislação de compras sustentáveis	Quantidade de processos (dos avaliados) em desconformidade com a legislação de compras sustentáveis
TI	7	1	0	1	0
Obras	6	1	0	1	0

Após análises dos mesmos, pode-se concluir que a entidade auditada tem observado os critérios de sustentabilidade ambiental nas aquisições de bens e serviços e está adotando providências com objetivo de conseguir maior aderência às normas regulamentadoras da matéria.

Também, relativamente aos controles internos administrativos relacionados à atividade de compras e contratações, foi verificado que a unidade possui sistemas próprios de controle tais como execução de check-lists, observância de forma sistemática às normas de compras e contratações e composição regular dos respectivos processos tais como notas de empenho, editais, documentação referente à análise jurídica, realização de pesquisa de mercado etc, de forma a mitigar os riscos referentes às atividades de compras e contratações.

2.8 Avaliação da Gestão do Uso do CPGF

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item considerou-se as seguintes questões de Auditoria: os Controles Internos Administrativos instituídos pela UJ relacionados à gestão de uso do CPGF; (i) se os cartões de pagamento foram instituídos e estão sendo utilizados em consonância com as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008; (ii) se a estrutura de controles internos administrativos garante o regular uso dos cartões de pagamento; (iii) se estão definidos em normativos internos os responsáveis pelo acompanhamento (concessão, fiscalização e prestação de contas) do CPGF; (iv) se existe avaliação de risco para as entidades beneficiárias (em função da finalidade (viagens, sigilosas, pequeno vulto) e modalidade do CPGF (saque ou fatura); (v) se são adotadas medidas compatíveis com os riscos identificados (para os CPGF com risco maior existem procedimentos adicionais: são priorizados os gastos sigilosos e na modalidade saque); (vi) se as prestações de contas do CPGF foram efetuadas tempestivamente e conforme a legislação, e se em caso de identificação de inconformidades nas análises, houve a adoção de providências; (vii) se existem indicadores que possibilitem o gestor identificar fragilidades no processo; (viii) se o gestor atua no atendimento das determinação e recomendações anteriores.

A metodologia da equipe de Auditoria consistiu na seleção aleatória das transações no exercício auditado, onde foram analisados dois processos de CPGF.



Relativamente à Gestão dos Cartões de Pagamentos do Governo Federal-CPGF, foi verificado, com base nos documentos apresentados e entrevista realizada com a unidade auditada, que é observada a legislação relativa ao uso do cartão corporativo, utilizado o check-list dos procedimentos para abertura, acompanhamento, prestação de contas e finalização das concessões e disponibilizadas as respectivas despesas no portal transparência.

Cabe salientar, por fim, que a entidade monitora os Cartões de Pagamentos do Governo Federal através do acesso ao sistema do Banco de Brasil que permite o acesso às informações sobre o uso individualizado de cada servidor suprido. Foram analisados dois processos com utilização de CPGF, não sendo constatada nenhuma impropriedade na composição dos mesmos.

2.9 Avaliação da Gestão de Passivos sem Previsão Orçamentária

Não houve no exercício de 2012, por parte da UJ, atos de gestão relacionados ao item nº 10 do Anexo IV da DN TCU nº 124/2012.

2.10 Avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item considerou-se as seguintes questões de Auditoria por tema:

Tema 1 - i) se o Plano Diretor de Tecnologia da Informação-PDTI abrange o conjunto mínimo de itens definido no modelo de referência do Guia de Elaboração do PDTI do SISP; ii) se o PDTI está sendo efetivo para direcionar as ações de Tecnologia de Informação-TI; (iii) se o PDTI está alinhado com os objetivos do negócio do órgão definidos no Plano Estratégico Institucional (PEI);

Tema 2 - Recursos Humanos: se o órgão mantém independência em relação aos empregados das empresas contratadas;

Tema 3 – Política de Segurança da Informação: se o órgão/entidade definiu e documentou a Política de Segurança da Informação e Comunicação - POSIC, com apoio da alta gestão da Unidade Jurisdicionada, em conformidade com as recomendações do GSI e normas aplicáveis;

Tema 4 - Desenvolvimento de Software: se o órgão/entidade definiu, documentou e implantou um processo de desenvolvimento software, utilizando padrões de gestão para o monitoramento dos projetos de desenvolvimento e adotando métricas para mensuração de esforço e custo relacionadas a entrega de produtos;

Tema 5 - Contratações de Tecnologia de Informação-TI: i) se as contratações de Soluções de TI, realizadas no período de exame, foram baseadas nas necessidades reais do órgão/entidade, estão alinhadas com o PDTI ou documento similar e estão em conformidade com a IN04 2010 da SLTI; ii) se os processos licitatórios para contratação de Soluções de TI foram baseados em critérios objetivos, sem comprometimento do caráter competitivo do certame, e realizados preferencialmente na modalidade pregão, conforme dita a IN04 2010 da SLTI; iii) se os controles internos adotados para gestão dos contratos foram suficientes e adequados para garantir, com



segurança razoável, a mensuração e o monitoramento dos serviços efetivamente prestados, segundo a IN04 2010 da SLTI.

Para todos os temas estabeleceu-se a seguinte metodologia de análise por parte da equipe de Auditoria: verificação dos documentos/situações/existência de documentos pertinentes aos itens acima elencados no intuito de verificar a existência de impropriedades ocorridas ao longo da gestão de 2012 na área de Tecnologia da Informação.

Conforme entrevista realizada com a entidade auditada, foi verificado que a mesma não possui Plano Diretor de Tecnologia da Informação-PDTI, Plano Estratégico Institucional-PEI nem Política de Segurança da Informação e Comunicação-POSIC.

A unidade informou que os dois primeiros Planos estão em fase de elaboração e que não foi desenvolvido nem implementado o POSIC. Nesse cenário, deverá a 8ª SRPRF/SC envidar esforços no sentido de implementar os referidos Planos com o fim de fortalecer a Gestão de Tecnologia da Informação dentro do estabelecido no futuro Plano Estratégico Institucional-PEI da entidade auditada.

Também foi informado pela unidade que não houve desenvolvimento de software por parte da mesma. Por sua vez, no tocante as Contratações de Tecnologia da Informação-TI, não foram detectadas falhas/impropriedades nas mesmas, nos três itens acima mencionados, relativos ao Tema 5.

Relativamente aos Recursos Humanos da área de Tecnologia de Informação, a equipe de Auditoria também não detectou nenhuma falha/impropriedade na condução da gestão de TI na unidade, sendo verificado que a entidade auditada mantém independência em relação aos empregados das empresas contratadas.

2.11 Avaliação da Gestão do Patrimônio Imobiliário

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item considerou-se as seguintes questões de auditoria: existência de estrutura de pessoal e tecnológica capaz de gerenciar bens imóveis da União, próprios ou locados de terceiros, que estejam sob responsabilidade da unidade jurisdicionada; se todos os imóveis geridos pela unidade jurisdicionada estão registrados no SPIUnet (bens de uso especial); se todos os imóveis geridos pela unidade jurisdicionada estão com data de última avaliação superior a 2008; se existem demonstrativos que evidenciem as memórias de cálculos e os principais critérios adotados para reavaliações e valorizações/desvalorizações dos imóveis sob responsabilidade da unidade jurisdicionada; se os gastos realizados com a manutenção dos imóveis da União são proporcionalmente mais representativos que os gastos com a manutenção de imóveis locados de terceiros; se os processos de locação de imóveis de terceiros são formalizados e os preços contratuais dos aluguéis são compatíveis com os valores de mercado; se os gastos com benfeitorias necessárias e úteis realizadas pela unidade jurisdicionada nos imóveis locados de terceiros durante EF foram indenizadas pelos locadores nos termos na lei 8245/1991; se a estrutura de controles internos administrativos está instituída de forma a mitigar os riscos na gestão do patrimônio imobiliário.

A metodologia da equipe de Auditoria consistiu na avaliação por amostragem não aleatória depois de realizado o levantamento de todos os bens especiais existentes, bem



como dos gastos com manutenção, locação e benfeitorias. Utilizou-se no levantamento informações do inventário de bens imóveis, do SIAFI gerencial e do SPIUNet. No caso específico dos bens especiais foram incorporados os resultados obtidos durante o Acompanhamento Permanente da Gestão 2012.

Foram levantados questionamentos sobre a gestão de Patrimônio Imobiliário da 8ª SRPRF/SC, por meio de entrevista com o setor de patrimônio e por Solicitação de Auditoria dirigida à unidade, sendo solicitado que fosse informado, entre outras informações, sobre a situação dos registros dos imóveis vinculados à unidade no SPIUNet. Foi informado pela unidade:

“Em que pese os imóveis geridos pela unidade estarem registrados no SPIUNet, estes carecem de regularizações, conforme salientado no préstimo de informações à solicitação de auditoria n. 201201490/02, esta UJ questionou a Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina, por intermédio do Ofício n. 0784/2012 a forma pela qual deveria se dar a regularização do registro de imóveis junto ao sistema SPIUNET. No entanto, até o presente momento aquela Superintendência não se manifestou em relação aos questionamentos formulados, razão pela qual os registros continuam aguardando atualização.

Na análise promovida pela equipe de Auditoria da CGU sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário realizada pela unidade, entende-se que a 8ª SRPRF/SC, considerando as colocações retroapontadas, as entrevistas promovidas por esta equipe de Auditoria da CGU assim como analisando os documentos apresentados pela unidade, encontra-se desatualizada, relativamente a situação do registro de imóveis da entidade auditada junto ao sistema SPIUNet.

Considerando que a Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina, ainda não informou a forma pela qual deveria se dar a regularização do registro de imóveis junto ao sistema SPIUNet, entende-se que a desatualização acima mencionada não é de responsabilidade exclusiva da unidade auditada, pois depende de resposta da Superintendência referida. Entretanto, a unidade deverá reiterar aquela Superintendência o solicitado no Ofício n. 0784/2012, visando a regularização dos imóveis geridos pela unidade junto ao sistema SPIUNet.

2.12 Avaliação da Gestão Sobre as Renúncias Tributárias

Não houve no exercício de 2012, por parte da UJ, atos de gestão relacionados ao item 14 – Avaliação da Gestão das Renúncias Tributárias, do Anexo IV da DN TCU nº 124/2012.

2.13 Avaliação do CGU/PAD

O órgão de controle interno optou por incluir a avaliação do Relatório de Correição considerando as seguintes questões de Auditoria: presença no relatório de gestão informação da designação de um coordenador responsável pelo registro no Sistema CGU-PAD de informações sobre procedimentos disciplinares instaurados na unidade; existência de estrutura de pessoal e tecnológica capaz de gerenciar os procedimentos disciplinares instaurados e a devida utilização do sistema CGU-PAD na unidade



jurisdicionada; se a unidade jurisdicionada está registrando as informações referentes aos procedimentos disciplinares instaurados no sistema CGU-PAD.

A metodologia utilizada consistiu na avaliação do Relatório de Correição fornecido pelo sistema CGU-PAD.

Relativamente à regularidade nos procedimentos disciplinares conduzidos pela 8ª SRPRF/SC foi verificado, conforme informado no Processo 08666005196/2013-30, que a entidade promove o andamento de seus processos instaurados: em 2012 foram concluídos 30 processos e, entre procedimentos instaurados ou em andamento e não concluídos em 2012, foram 34 ocorrências.

Entretanto, conforme entrevista com a entidade, foi verificado que o quantitativo de servidores existentes na Corregedoria e no Núcleo de Assuntos Internos, no exercício auditado foi insuficiente.

Este cenário existente pode vir a prejudicar o desempenho da gestão dos procedimentos disciplinares instaurados pela unidade. Desse modo, entende-se que a entidade deverá adotar ações visando recompor o quadro de servidores no quantitativo o qual considere suficiente ao bom andamento dos trabalhos na Corregedoria e no Núcleo de Assuntos Internos, acima mencionados.

2.14 Avaliação do Conteúdo Específico do Relatório de Gestão

A unidade não possui contrato de prestação de serviços cujas atividades estejam em desacordo com o Decreto 2271/97.

2.15 Avaliação dos Controles Internos Administrativos

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item considerou-se a seguinte questão de Auditoria:

(i) se os controles internos administrativos instituídos garantem o atingimento dos objetivos estratégicos. A metodologia da equipe de Auditoria consistiu na avaliação das áreas de gestão auditadas relacionadas à Administração da Unidade e Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais e dos principais macroprocessos finalísticos. A partir da avaliação comparada entre os controles internos por área de gestão e os macroprocessos finalísticos, emitiu-se uma opinião sobre os componentes: ambiente de controle, avaliação de risco, procedimentos de controle, informação e comunicação, monitoramento.

Apesar da entidade auditada não possuir em sua estrutura uma área encarregada especificamente do acompanhamento do Sistema de Controle Interno, a referida área encontra-se presente no âmbito do Ministério da Justiça, a qual a unidade encontra-se subordinada, entretanto, a 8ª SRPRF/SC possui controles internos administrativos estabelecidos que visam garantir o atingimento de seus objetivos estratégicos estabelecidos. Cabe salientar que foi instituído Grupo de Acompanhamento de Auditoria e Fiscalização o qual acompanha as demandas oriundas do TCU e CGU.



Por sua vez a entidade informou que “a alta Administração deste DPRF tem envidado esforços no sentido de dotar a Instituição de uma área de assessoramento de controle interno, conforme Projeto de reestruturação do DPRF processo atualmente sob análise da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e posterior encaminhamento à Casa Civil”. Nesse cenário, a unidade auditada deverá juntamente à alta Administração da instituição situada em Brasília também envidar esforços no sentido de criar uma área de assessoramento de controle interno, conforme acima mencionado.

Sobre as verificações relativas aos controles internos pertinentes a unidade auditada, foram constatadas as seguintes ocorrências:

Gestão do sistema CGU-PAD

Foi verificado que a unidade conduz seus procedimentos disciplinares com regularidade, mas o quantitativo de servidores na Corregedoria e no Núcleo de Assuntos Internos apresenta-se insuficiente, fato este que pode vir a colocar em risco o desempenho da gestão dos procedimentos disciplinares instaurados pela 8ª SRPRF e fragilizar seus controles internos;

Atendimento das recomendações expedidas pela CGU

A unidade informou que os controles internos relativos ao atendimento das recomendações expedidas pela CGU são fortalecidos por meio de estudos de casos, experiências, reuniões, e expedição de atos normativos internos com o objetivo de aprimoramento e eliminação das eventuais impropriedades identificadas. Considerando também que a unidade acompanha sistematicamente o cumprimento das citadas recomendações e que não foram detectadas impropriedades nessa atividade, entende-se que os controles internos acima mencionados encontram-se estruturados;
Análise das peças de Prestação de Contas de 2012.

Não foram detectadas impropriedades nos controles internos referentes a elaboração e correta composição do Relatório de Gestão do Exercício de 2012 da unidade, conforme as normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União;

Cartão Corporativo

Foi verificado que a unidade promove check-list dos procedimentos para abertura, acompanhamento, prestação de contas e finalização das concessões relativas ao uso do CPGF e que os respectivos processos são criteriosamente revisados e as despesas disponibilizadas no Portal da Transparência. Também foi informado que o Banco de Brasil disponibiliza uma senha que permite o acesso a todas as informações sobre o uso individualizado de cada suprido. Após a verificação de regularidade de dois processos de CPGF promovidos pela equipe de Auditoria da CGU, e verificadas as informações acima disponibilizadas, entende-se que os controles internos pertinentes ao CPGF são consistentes;

Avaliação da gestão imobiliária em 2012

Na análise realizada sobre os controles internos executados pela unidade, entende-se que a 8ª SRPRF/SC possui estrutura tecnológica para gerenciar os bens imóveis, locados ou próprios, mas encontra-se deficiente no tocante ao quantitativo de servidor



existente na área administrativa, responsável pela gestão dos bens imóveis da unidade e desatualizada, relativamente a situação do registro de imóveis da unidade junto ao sistema SPIUnet;

Gestão de Pessoal

Sobre os controles internos promovidos na área gestão de pessoal, foi verificado que a unidade promoveu ações de controle para verificação de existência de servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos irregularmente na 8ª SRPRF/SC, não sendo constatada a ocorrência de acumulação de cargos, funções e empregos públicos, conforme informação contida no Relatório de Gestão de 2012 expedido pela unidade. Entretanto, apesar dos controles promovidos, acima externados, a unidade informou que não utiliza mecanismos para identificar as fragilidades e potenciais riscos no desempenho da gestão de pessoas da 8ª SRPRF/SC. Sendo assim, a unidade auditada deverá verificar a necessidade de estabelecer os citados mecanismos ou de manter suas rotinas já estabelecidas de controles referentes à gestão de pessoas, em função de sua necessidade, experiência, ações de controle promovidas e histórico de ocorrências registradas;

Indicadores 2012

Sobre os controles internos promovidos na elaboração dos indicadores presentes no Relatório de Gestão de 2012 da 8ª SRPRF/SC, entende esta equipe de Auditoria da CGU que os indicadores evidenciados no Relatório de Gestão se basearam em critérios consistentes, evidenciam a gestão promovida em 2012 e permitem que as principais informações sobre a unidade estejam disponíveis ao cidadão e sirvam de parâmetro para as próximas gestões da unidade auditada;

Tecnologia da Informação

A unidade observa as normas pertinentes as contratações de Soluções de Tecnologia da Informação, assim como as referidas contratações são baseadas em critérios objetivos, não comprometendo o caráter competitivo do certame. Foi verificado que a unidade está elaborando o Plano Diretor de Tecnologia de Informação para o exercício de 2013-2014, visando direcionar as ações de Tecnologia de Informação na 8ª SRPRF/SC de forma positiva e vinculada com o Plano Estratégico Institucional – PEI que também encontra-se em fase de elaboração. Conclui-se que apesar de a unidade não possuir Plano Diretor de Tecnologia da Informação-PDTI em 2012, a 8ª SRPRF/SC promove a contratação e gestão de bens e serviços de Tecnologia da Informação de forma regular e está ciente dos critérios técnicos exigidos na contratação dos bens e serviços referidos.

Licitações

Foi constatado que a unidade adota mecanismos de controle interno adequados para manter a execução das despesas precedidas pelas modalidades mais adequadas e que os processos das despesas realizadas por dispensa de licitação e por inexigibilidade estão adequadamente instruídos. Também foi verificado que a 8ª SRPRF/SC observa as normas pertinentes as medidas de sustentabilidade ambiental nas contratações realizadas e que na modalidade de aquisições de bens e serviços mais utilizada, pregão eletrônico,



os processos também encontram-se adequadamente instruídos e em consonância com a legislação vigente.

Relação entre os Macroprocessos Finalísticos (objetivos estratégicos) e Controles Internos Administrativos

De todas as áreas gestão avaliadas observou-se que os componentes: avaliação de risco, procedimentos de controle, informação e comunicação, monitoramento estão consistentes.

O componente de ambiente de controle apresentou fragilidades nas áreas de gestão do sistema CGU-PAD e gestão imobiliária, relativamente ao quantitativo deficiente de servidores existentes nas mesmas, conforme acima externado.

Ressalta-se que as áreas de gestão relativas à Administração da Unidade e Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais estão diretamente relacionadas aos principais macroprocessos finalísticos da UJ. Diante do exposto, pode-se afirmar com razoável certeza que há suficiência de controles internos para atingimento dos objetivos estratégicos.

2. 16 Ocorrências com dano ou prejuízo

Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

3. Conclusão

Eventuais questões formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Florianópolis/SC, 09 de Julho de 2013.

Relatório supervisionado e aprovado por:

Dinheiro público é da sua conta



www.portaldatransparencia.gov.br

Achados da Auditoria - nº 201306098

1 GESTÃO OPERACIONAL

1.1 Programação dos Objetivos e Metas

1.1.1 ORIGEM DO PROGRAMA/PROJETO

1.1.1.1 INFORMAÇÃO

Principais ações em 2012.

Fato

Na Solicitação de Auditoria dirigida à unidade foram levantados questionamentos sobre as ações/módulo-tipo executadas pela 8ª SRPRF/SC, sendo solicitado, sobre as principais ações executadas pela 8ª Superintendência e considerando os critérios de materialidade, relevância e criticidade, além da vinculação finalística à missão da unidade, que fosse disponibilizada tabela indicativa contendo programa descrição, ação



(projeto/atividade) – descrição, Finalidade, forma de implementação/detalhamento e representatividade percentual.

A unidade disponibilizou as seguintes informações:

Programa	Ação	Finalidade	Implementação	Representatividade
0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União.	0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis.	Garantir o pagamento devido aos servidores inativos civis ou seus pensionistas em cumprimento as disposições contidas em regime previdenciário da União.	Direta. Pagamento via sistemas informatizados de espécies remuneratórias aos servidores e empregados ativos civis da União.	Não se aplica – O Departamento centraliza esse tipo de pagamento. Não ocorre a movimentação para a regional.
2112 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Da Justiça.	20TP Pagamento de Pessoal Ativo da União.	Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.	Não informado no cadastro de ações.	Não se aplica – O Departamento centraliza esse tipo de pagamento, não ocorre a movimentação para regional.
2112 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Da Justiça.	2000 Administração da Unidade	Garantir o funcionamento da estrutura administrativa da regional	Direta. Pagamento das despesas com água, energia elétrica, contratos terceirizados, correios, DOU e outros.	46,48%
2070 Segurança Pública com Cidadania	8698 Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação	Provimento de Infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas.	Direta. Pagamento de despesas com telefonia móvel e fixa, transmissão de dados, impressora, manutenção de rádios, além das aquisições de material para utilização	16,15 %



			nas unidades desta regional.	
2070 Segurança Pública com Cidadania	2723 Policciamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais.	Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias, por meio de aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.	Direta. Pagamento de despesas com abastecimento e manutenção de viaturas, manutenção de etilômetros e radares, além de aquisições de material para utilização na atividade fim.	27,30 %

Analisando as informações acima disponibilizadas, este grupo de Auditoria desta CGU observou que 46,48 % das despesas realizadas visam garantir o funcionamento da estrutura administrativa da unidade, por meio de pagamento das despesas com água, energia elétrica, contratos terceirizados, correios, publicações no Diário oficial da união e outras despesas correlatas.

Por sua vez, 27,30 % das despesas realizadas visam o fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais por meio de Pagamento de despesas com abastecimento e manutenção de viaturas, manutenção de etilômetros e radares, além de aquisições de material para utilização na atividade fim.

Por fim, 16,15 % das despesas versam sobre Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação por meio de pagamento de despesas com telefonia móvel e fixa, transmissão de dados, impressora, manutenção de rádios, além das aquisições de material para utilização nas unidades da 8ª SRPRF/SC.

Em síntese, pode-se observar que em 2012, aproximadamente 50% das despesas promovidas pela unidade visaram garantir o funcionamento da estrutura administrativa da unidade e aproximadamente 45% das despesas pertencem ao Programa Segurança Pública com Cidadania.



1.1.1.2 INFORMAÇÃO

Informação básica da Ação de Governo 2000 - "Administração da Unidade".

Fato

Trata-se da Ação 2000 – Administração da Unidade, que tem por finalidade constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Esta Ação se insere no contexto do Programa de Governo 2112, Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Da Justiça.

A implementação da Ação se dá de forma direta pela UG, mediante despesas que compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Para avaliação da Ação 2000 foi efetuada amostragem não probabilística, considerando os critérios de materialidade, relevância e criticidade, além de vinculação finalística à missão da UJ, com extensão correspondendo a aproximadamente 16% do total das compras executadas na Ação. Os exames realizados foram voltados para a verificação da regularidade dos processos licitatórios, sendo que a profundidade contemplou os seguintes elementos:

- Motivação da contratação;
- Modalidade, objeto e valor da contratação;
- Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade; e
- Regularidade do processo avaliado.

1.1.1.3 INFORMAÇÃO

Informação básica da Ação de Governo 2723 - "Policimento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais".

Fato

Trata-se da Ação 2723 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais, que tem por finalidade prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias. Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, por meio da eliminação de pontos críticos a partir do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos e da otimização do uso da frota de viaturas, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito através da



produção de dados e gerenciamento de informações. Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais.

Esta Ação se insere no contexto do Programa de Governo 2070, Segurança Pública com Cidadania.

A implementação se dará pela a ação direta dos policiais rodoviários em áreas definidas para o desenvolvimento de operações, com a devida movimentação do efetivos entre as regiões, para que nos períodos críticos de intenso tráfego de veículos, como em feriados prolongados e demais datas comemorativas, não haja prejuízo à população. Programação e implementação de operações de fiscalização e de combate ao crimes em rodovias federais, especialmente em locais com maior ocorrência; realização de operações integradas com outros órgãos de segurança; fiscalização sistemática do tráfego de precursores químicos, madeiras, animais silvestres e seres humanos; dentre outros. Será implementada através de licitações baseadas na LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 após pesquisas tecnológicas de equipamentos com melhor custo benefício para o Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias.

Para avaliação da Ação 2723 foi efetuada amostragem não probabilística, considerando os critérios de materialidade, relevância e criticidade, além de vinculação finalística à missão da UJ, com extensão correspondendo a aproximadamente 2,1% do total das despesas executadas na Ação. Os exames realizados foram voltados para a verificação da regularidade dos processos licitatórios, sendo que a profundidade contemplou os seguintes elementos:

- Motivação da contratação;
- Modalidade, objeto e valor da contratação;
- Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade; e
- Regularidade do processo avaliado.

1.1.1.4 INFORMAÇÃO

Informação básica da Ação de Governo 8698 - "Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação".

Fato

Trata-se da Ação 8698 - Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação, que tem por finalidade manter e modernizar os sistemas/equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas de processos, através da internet, correio eletrônico e outros meios disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.

Esta Ação se insere no contexto do Programa de Governo 2070, Segurança Pública com Cidadania.

A implementação se dá de forma direta pela UG, mediante despesas que compreendem: realização de contratos de manutenção de equipamentos de informática/telecomunicação. Realização de contratos de manutenção de sistemas. Realização de contratos de fornecimento de suprimentos de informática. Promover o levantamento dos



pontos críticos com deficiência de comunicação entre viaturas e postos da Polícia Rodoviária Federal, em virtude de problemas técnicos ou de relevo geográfico, realizando a integração entre órgãos congêneres. Identificar as necessidades; realizar estudos que ofereçam a solução otimizada para cada problema detectado. Elaborar projetos, levantar custos e, posteriormente, contratar diretamente entidades especializadas na área fim para que possam contribuir para os resultados esperados pelo projeto. A implementação ainda será desenvolvida de forma integrada com os programas de governo de reaparelhamento e modernização da Polícia Federal e do sistema de segurança pública nacional.

Para avaliação da Ação 8969 foi efetuada amostragem não probabilística, considerando os critérios de materialidade, relevância e criticidade, além de vinculação finalística à missão da UJ, com extensão correspondendo a aproximadamente 2,1% do total das despesas executadas na Ação. Os exames realizados foram voltados para a verificação da regularidade dos processos licitatórios, sendo que a profundidade contemplou os seguintes elementos:

- Motivação da contratação;
- Modalidade, objeto e valor da contratação;
- Fundamentação da dispensa ou inexigibilidade; e
- Regularidade do processo avaliado.

1.2 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

1.2.1 RESULTADOS DA MISSÃO INSTITUCIONAL

1.2.1.1 INFORMAÇÃO

Indicadores 2012.

Fato

Foram levantados questionamentos pela equipe de Auditoria desta CGU sobre os indicadores utilizados pela unidade auditada, sendo solicitado, entre outros questionamentos, que fosse informado se no entendimento da unidade os indicadores evidenciados no Relatório de Gestão se basearam em critérios consistentes.

A unidade informou: “Nossa unidade entende que foram atendidos os critérios elencados. O relatório de gestão mostra os resultados alcançados usando o histórico como parâmetro. A disposição de valores, números e indicadores proporciona medir o alcance das metas traçadas. A coleta de dados foi feita em conjunto com as áreas que trabalham diretamente com cada tema abordado o que garante um grau de confiabilidade maior. Foi feita de forma transparente e pode ser aplicado por qualquer outro servidor que seja escolhido para realizar os trabalhos de elaboração do relatório de gestão. A linguagem utilizada e a disposição das informações permite uma fácil compreensão do conteúdo ao público em geral. Buscamos constantemente aprimorar as ferramentas administrativas utilizadas com o objetivo de alcançar uma gestão mais eficiente o que proporcionará cada vez mais um serviço de qualidade para a sociedade”.

Em relação aos indicadores de Desempenho da gestão existentes e destinados para os processos críticos da unidade, a 8ª SRPRF/SC também esclareceu:

“As operações policiais são feitas de acordo com um cronograma que visa levantar os problemas do ano anterior, como número de acidentes, vítimas e vítimas fatais, o planejamento tem por escopo minimizar os sinistros fatais ou não do ano precedente.



Quando ocorre o encerramento de tais operações, os administradores desta superintendência reúnem-se para fazer um novo balanço e assim avaliar as melhoras ou pioras em cada trecho problemático de nosso estado e, ao mesmo tempo, traçar metas que visem a constante diminuição de tais tragédias. No plano interno, é realizada uma avaliação de desempenho individual com a participação dos policiais para que estes possam avaliar se o critério utilizado pela Administração é pertinente ou não”.

A unidade informou que o principal indicador em relação à atuação da 8ª SRPRF/SC em 2012 foi a redução na quantidade de vítimas fatais e de vítimas feridas nos acidentes de trânsito, conforme indicado abaixo, no Quadro Q.6 – Acidentes, Mortes e Feridos nas Rodovias Federais Catarinenses, presente no Relatório de Gestão:

-	Variáveis	Variáveis	-
Exercício	2011	2012	Taxas
Frota Nacional	3.679.482	3.940.467	+ 7,09%
Acidentes em SC	19.240	17.987	- 7%
Mortes em SC	627	552	- 12%
Feridos em SC	11.198	10.548	-5,8%

Também, entre outras informações sobre os indicadores constantes no Relatório de Gestão de 2012, cabe destacar a seguinte informação relativa ao Programa Temático 2070 – Segurança Pública com Cidadania, de responsabilidade do Ministério da Justiça: “esta UJ superou consideravelmente as metas que lhe foram prescritas pelo DPRF, seja no quantitativo de testes de alcoolemia realizados, pessoas fiscalizadas, mas, sobretudo, na quantidade de veículos fiscalizados”.

Sobre o assunto a unidade disponibilizou no Relatório de Gestão a seguinte tabela:

TABELA T.6 – INDICADORES DE ESFORÇO NA 8ª SRPRF/SC

INDICADOR	META	REALIZADO	ALCANCE
Veículos fiscalizados	222.793	771.212	346,15%
Pessoas fiscalizadas	222.793	331.298	148,70%
Teste de alcoolemia	32.082	39.680	123,68%
Pessoas alcançadas por ações de educação para o trânsito	Não houve	8.000	-

Conforme acima verificado, os dados disponibilizados permitem que as informações principais sobre a 8ª SRPRF/SC estejam disponíveis ao cidadão e sirvam de parâmetro para as próximas gestões da unidade auditada.

1.2.2 SISTEMA DE INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

1.2.2.1 INFORMAÇÃO

Controles Internos.

Fato

Relativamente aos questionamentos sobre os controles internos administrativos em Tecnologia da Informação promovidos pela 8ª SRPRF/SC, foi promovida entrevista com o setor responsável pela Administração da unidade sendo solicitado que fosse informado se o Plano Diretor de Tecnologia de Informação – PDTI da entidade abrange o conjunto mínimo de itens definido no modelo de referência do Guia de Elaboração de PDTI do Sistema de Administração dos recursos de Tecnologia de Informação – SISF.



A entidade auditada informou que não foi elaborado pelo DPRF o PDTI para o exercício 2012, e que em 2013 foi iniciada a elaboração do PDTI 2013-2014. Também foi informado que o Plano Estratégico Institucional – PEI encontra-se em fase de elaboração.

1.2.2.2 INFORMAÇÃO

Gestão de Tecnologia de Informação.

Fato

Por meio de Solicitação de Auditoria foram levantados questionamentos sobre a Contratação e Gestão de Bens e Serviços de Tecnologia da Informação promovida pela unidade auditada, sendo solicitado comprovação documental que confirme que as contratações de Soluções de TI estão em conformidade com a Instrução Normativa nº 4, de 12 de novembro de 2010, que dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática do Poder Executivo Federal. Também foi solicitado que fosse informado se os processos licitatórios relacionados à contratação de Soluções de TI foram baseados em critérios objetivos, sem comprometimento do caráter competitivo do certame.

Em análise das informações fornecidas pela 8ª SRPRF/SC e na documentação contida no processo 08666015205/2011-39 foi constatado que a unidade observa à Instrução Normativa nº 4, de 12 de novembro de 2010, acima mencionada, assim como as contratações de Soluções de Tecnologia da Informação são baseadas em critérios objetivos, não comprometendo o caráter competitivo do certame.

1.2.2.3 INFORMAÇÃO

Segurança da Informação - 2012.

Fato

Sobre a Política de Segurança da Informação adotada pela unidade, foi solicitada pela equipe de Auditoria da CGU documentação da unidade pertinente a Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC, assim como foram formulados outros questionamentos sobre o assunto em questão.

A 8ª SRPRF/SC esclareceu que a Portaria Nº 18 de 27 de janeiro de 2012 determina a instauração do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações – CSIC, no âmbito da PRF, mas informou que não foi instituída Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC no âmbito da DPRF.

Com base nas informações acima mencionadas entende-se que a unidade deverá envidar esforços no sentido de estabelecer a POSIC, visando garantir a segurança de suas informações no exercício de 2013.

1.2.2.4 INFORMAÇÃO

Terceirização em Tecnologia de Informação.

Fato

Por meio de Solicitação de Auditoria dirigida à unidade foram levantados questionamentos sobre Terceirização em Tecnologia de Informação promovida pela 8ª



SRPRF/SC, sendo solicitado, relativamente aos contratos de serviços de terceirização de Informática contratados pela 8ª SRPRF/SC, questionamentos pontuais, visando se saber sobre a existência de irregularidades nos serviços terceirizados acima citados, promovidos pela unidade.

Considerando as informações disponibilizadas pela unidade auditada, assim como em análise à documentação apresentada sobre terceirização em Tecnologia de Informação promovida pela 8ª SRPRF/SC, foi constatado que não ocorreram impropriedades na terceirização na área acima mencionada.

2 CONTROLES DA GESTÃO

2.1 CONTROLES INTERNOS

2.1.1 AUDITORIA DE PROCESSOS DE CONTAS

2.1.1.1 INFORMAÇÃO

Estrutura de pessoal para gestão do sistema CGU-PAD deficiente.

Fato

Foram levantados questionamentos sobre os Processos Administrativos Disciplinares promovidos pela 8ª SRPRF/SC, sendo solicitado à unidade, conforme entrevista com o setor da unidade responsável pelos processos mencionados e por meio de Solicitação de Auditoria entregue à unidade auditada, que fossem disponibilizadas informações sobre designação de coordenador responsável pelo registro no Sistema CGU-PAD de informações sobre procedimentos disciplinares instaurados na 8ª SRPRF/SC, situação da estrutura de pessoal e tecnológica disponibilizada para a gestão dos PAD geridos pela entidade e sobre a efetividade dos registros dos procedimentos disciplinares instaurados no sistema CGU PAD.

Conforme verificado, não foram detectadas impropriedades relativas aos pontos acima citados pela equipe de Auditoria da CGU. Porém, foi verificado que a estrutura de pessoal para gestão do sistema CGU-PAD encontra-se deficiente, sendo informado pela unidade auditada que são necessários ao menos três servidores na Corregedoria e três servidores no Núcleo de Assuntos Internos, sendo que em 2012 esses setores contaram com dois servidores cada. Portanto, entende-se como insuficiente o quantitativo de servidores nas áreas mencionadas pela 8ª SRPRF/SC.

2.1.1.2 INFORMAÇÃO

Atendimento das recomendações expedidas pela CGU.

Fato

Foram levantados questionamentos junto à unidade auditada sobre acompanhamento e atendimento das recomendações expedidas pela CGU por parte da 8ª SRPRF/SC. A unidade disponibilizou diversas informações que demonstram que a mesma acompanha e atende de forma sistemática as recomendações emanadas do Controle Interno. Cabe ressaltar que a entidade auditada cumpriu as recomendações contidas no Acompanhamento Permanente de Gastos – APG do exercício de 2012, conforme verificado pela equipe de Auditoria da CGU.

3 GESTÃO FINANCEIRA



3.1 RECURSOS DISPONÍVEIS

3.1.1 CARTÃO CORPORATIVO

3.1.1.1 INFORMAÇÃO

Gestão do Cartão de Pagamentos do Governo Federal.

Fato

Relativamente à gestão de uso do Cartão de Pagamentos do Governo Federal - CPGF, foi solicitado à unidade auditada pelo grupo de Auditoria desta CGU que fosse informado se a mesma promoveu ações no exercício de 2012 visando garantir a regularidade e legalidade da gestão do uso do Cartão de pagamentos do Governo Federal – CPGF. A 8ª SRPRF/SC informou que utiliza check-lists, promove revisões dos processos dos CPGF e monitora o uso dos referidos cartões via sistema do Banco do Brasil. Após a verificação de regularidade de dois processos de CPGF promovidos pela equipe de Auditoria da CGU, conclui-se que nos mesmos foram utilizadas as ações acima mencionadas não sendo detectada nenhuma impropriedade na gestão dos Cartões de Pagamentos do Governo Federal no exercício auditado de 2012.

4 GESTÃO PATRIMONIAL

4.1 BENS IMOBILIÁRIOS

4.1.1 UTILIZAÇÃO DE IMOBILIÁRIOS

4.1.1.1 INFORMAÇÃO

Avaliação da Gestão Imobiliária em 2012.

Fato

Sobre a gestão de Patrimônio Imobiliário da 8ª SRPRF/SC, por meio de entrevista com o Setor de Patrimônio e por solicitação de Auditoria dirigida à unidade, foram solicitados diversos questionamentos com o fim de se saber sobre a situação em que se encontram os imóveis geridos pela unidade.

A unidade auditada apresentou pontualmente as respostas relativas aos questionamentos acima mencionados, sendo externado, entre outras informações, que a entidade possui estrutura tecnológica para gerenciar os bens imóveis, locados ou próprios assim como faz uso dos sistemas SPIUnet e SIAFI, porém, encontra-se carente de servidor na área administrativa, necessário para gestão eficiente dos bens imóveis da 8ª SRPRF/SC.

Também foi informado que alguns imóveis estão registrados no SPIUnet mas os mesmos carecem de regularizações, pois não estão em nome da 8ª SRPRF/SC. Nestes incluem-se os imóveis pertencentes ao extinto DNER, como o prédio sede da Unidade, utilizado juntamente com o DNIT e DNPM e que conforme Câmara de Conciliação e Arbitragem Federal – Termo de Reunião nº CAAF-CGU-AGU-THP 032/2009 e Ofício nº 137/2011/SPU-SC, foi definido que deveria ser doado ao DNIT, e as 8 delegacias da PRF em Santa Catarina, localizadas em São José, Tubarão, Joinville, Rio do Sul, Lages, Mafra, Joaçaba e Chapecó. Incluem ainda, imóveis de propriedade do estado de Santa Catarina, com termos de cessão de uso, por leis estaduais, para a PRF e não incluído no SPIUnet. Cabe ressaltar que a entidade auditada questionou a Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina, por intermédio do Ofício n. 0784/2012 a forma pela qual deveria se dar as regularizações dos registros de imóveis junto ao sistema



SPIUnet, entretanto, até a presente data aquela Superintendência não se manifestou em relação aos questionamentos formulados, razão pela qual os registros continuam aguardando atualização.

5 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

5.1 MOVIMENTAÇÃO

5.1.1 QUANTITATIVO DE PESSOAL

5.1.1.1 INFORMAÇÃO

Deficiência no quantitativo de servidores alocados na unidade.

Fato

No tocante à situação do quantitativo de servidores foi solicitado à entidade auditada que fosse informado, entre outras informações, se a força de trabalho existente atende às necessidades da 8ª SRPRF/SC frente às suas atribuições. A 8ª SRPRF/SC informou:

“A força de trabalho existente encontra-se muito aquém da necessidade desta Regional. Em estudo realizado pela Seção de Recursos Humanos (em anexo), considerando diversas situações e variáveis, chegou-se a definição que o efetivo mínimo para a Regional seria de 537 servidores, já o efetivo desejável para a realização do serviço esperado pela sociedade seria de 897 servidores”.

A unidade esclareceu que já existe uma minuta de Instrução Normativa para disciplinar os critérios de distribuição dos cargos da carreira de Policial Rodoviário Federal nas Unidades da PRF, entretanto informou que “até a publicação da Instrução Normativa para disciplinar os critérios de distribuição dos cargos da carreira de Policial Rodoviário Federal nas Unidades da PRF, em fase de elaboração (minuta em anexo), não existe previsão de lotação legal e lotação efetiva no âmbito da regional”.

6 GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS/SERVIÇOS

6.1 PROCESSOS LICITATÓRIOS

6.1.1 OPORTUNIDADE DA LICITAÇÃO

6.1.1.1 INFORMAÇÃO

Regularidade dos pregões realizados.

Fato

A 8ª SPRF/SC executa suas despesas com a utilização preferencial da modalidade pregão na forma eletrônica. Em 2012 a unidade realizou 15 pregões eletrônicos com sucessos e 2 pregões que resultaram desertos. Foram requisitados para exame 3 pregões representando 20% do quantitativo de processos de compra promovidos pela entidade em 2012 que foram:

Pregão	Objeto	Valor Global (R\$)
21/2012	Manutenção da Sede	311.000,00
22/2012	Serviços de Fiscalização de Obras	238.862,11



24/2012	Serviço continuado de limpeza	726.300,00
---------	-------------------------------	------------

Dos exames realizados constatou-se que:

- a) Houve ações de economicidade e sustentabilidade ambiental por parte dos funcionários da 8ª SPRF/SC que instruíram os processos utilizando os papéis em sua frente e verso, reduzindo o consumo de papel;
- b) As aquisições/contratações apresentam justificativas compatíveis com as atividades desenvolvidas no órgão;
- c) Os Preços de Referência para o caso do pregão 24/2012, referente à serviços de limpeza, foram obtidos a partir de pesquisa de preços comprovada em três fornecedores. Nos pregões 21/2012 e 22/2012 os preços de referência foram definidos a partir do sistema SINAPE da CEF;
- d) Todos os processos foram submetidos previamente ao parecer jurídico da AGU;
- e) Todos os pregões eletrônicos foram processados no sistema Comprasnet, evidenciando ampla divulgação do edital, sem cobranças de taxas e das demais etapas do processo licitatório;
- f) No PE 24/2012 houve a participação de 07 fornecedores. O PE 21/2012 trata-se do Registro de Preços gerado pelo PE 16/2012 e o PE 22/2012 contou com três participantes;
- g) Todos os resultados foram todos publicados no Diário Oficial da União, além das informações disponibilizadas para consulta no sistema Comprasnet.

Diante do exposto, conclui-se que a modalidade pregão eletrônico é predominante sobre as despesas executadas pela 8ª SPRF/SC em 2012 e que os processos examinados encontram-se adequadamente instruídos e em consonância com a legislação vigente.

6.1.2 LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

6.1.2.1 INFORMAÇÃO

Adoção de medidas de sustentabilidade ambiental em contratações realizadas.

Fato

Na análise da regularidade dos processos licitatórios realizados pela 8ª SPRF/SC, nas diversas modalidades de licitação, constatou-se que a unidade vem adotando algumas práticas de economicidade e sustentabilidade ambiental e também exigindo que as empresas contratadas implementem ações de sustentabilidade ambiental, como por exemplo citam-se:

- a) Instrução, por parte da equipe da 8ª SPRF/SC, de processos licitatório com a utilização, sempre que possível da frente e do verso das páginas, reduzindo o consumo de papel;
- b) Contratação de serviços de cópia (PE 01/2011) que especificou a disponibilização de equipamentos multifuncional (impressora, copiadora, scanner e fac-símile) LASER/LED MONOCROMÁTICA (Grande Porte) para impressão, cópia e digitalização em duplex (frente e verso automático) em todos os formatos suportados a serem instalados nos setores que tratam com maior número de documentos. Os equipamentos especificados facilitam a cópia digital de documentos, evitando sua impressão em papel ou permitem com facilidade as impressões ou cópias com a utilização da frente e do verso das páginas, reduzindo o consumo;



- c) O Termo de Referência do PE 24/2012 para contratação de serviços continuados de limpeza exige que a empresa contratada adote as seguintes medidas:
- realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
 - realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional na fonte geradora e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE n° 6 de 03/nov/1995 e do Decreto n° 5.940 de 25/out/2006;
 - Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo o disposto na Resolução CONAMA n° 257 de 30/jun/1999”.
- d) O PE 21/2012 para contratação de serviços de manutenção na sede da 8ª SPRF, no seu Termo de Referência exigiu da empresa contratada a implementação das seguintes medidas de sustentabilidade ambiental:
- “Providenciar, às suas expensas, o transporte, destinação e descarte dos resíduos, detritos e entulhos resultantes da prestação do serviço, observando a legislação ambiental vigente;
 - Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução n° 307. De 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1 de 19/01/2010;
 - a Contratada, em hipótese nenhuma, poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
 - Comprovar, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Resíduos em conformidade com as normas ABNT NBR 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116 de 2004; e
 - Apresentar à Administração, se solicitado, informações, por escrito, dos locais de origem e/ou descarte dos materiais.

Diante do exposto conclui-se que a equipe da 8ª SPRF/SC vem implementado e exigindo das empresas terceirizadas medidas de sustentabilidade ambiental.

6.2 CONTRATOS DE OBRAS, COMPRAS E SERVIÇOS

6.2.1 CONTRATOS SEM LICITAÇÃO

6.2.1.1 INFORMAÇÃO

Reduzida execução de despesas na modalidade inexigível.

Fato

A análise do balancete de dezembro de 2012 da 8ª SPRF/SC evidencia que apenas 1,11% das aquisições de bens ou contratações de serviços foi realizada de forma direta na modalidade inexigível:

Os contratos mantidos pela unidade nesta modalidade, em 2012, foram apenas quatro, conforme apresentado na tabela a seguir:



Processo	Objeto	Valor Global em R\$
Nº Compra: 001/2012 Nº Processo: 08666006617/2012-69	Fornecimento de água para as Unidades Operacionais de Tubarão/SC	1.048,15
Nº Compra: 002/2012 Nº Processo: 08666011850/2012-63	Serviço de seleção e treinamento	1.200,00
Nº Compra: 004/2012 Nº Processo: 08666003883/2012-30	Assinatura Jornal	665,00
Nº Compra: 05/2012 Nº Processo: 08666000636/2012-61	Manutenção preventiva e corretiva continuada de radares	20.000,00

Foi realizado exame, por amostragem, no processo 08666011850/2012-63, cujo objeto era a capacitação de servidores com a contratação da participação de seis servidores na IX Semana de Administração Orçamentaria e Financeira de Contratações Públicas no valor de R\$ 1.200,00. A amostra examinada representa 25% do quantitativo de contratações na modalidade inexigível e 0,74% do montante financeiro desembolsado.

No exame do processo foi evidenciado:

- a) O correto enquadramento da modalidade da licitação, conforme as hipóteses de inexigibilidade previstas no inciso 2 do art. 25 da Lei 8.666/93, uma vez que a entidade promotora do evento foi o Conselho Federal de Contabilidade;
- b) A economicidade da contratação da capacitação, uma vez que o evento contratado também foi realizado em outras seis cidades do país no período de março a novembro. A 8ª SPRF/SC efetuou a inscrição de seis servidores na etapa promovida na cidade de Florianópolis, gerando economias para a unidade em termos de diárias e passagens;
A oportunidade e efetividade da capacitação foi comprovada, pois o evento foi voltado para assuntos da área de execução orçamentária e financeira de uma unidade integrante do serviço público federal e todos os servidores inscritos pela 8ª SPRF/SC atuam em áreas afins como SAF, NOF e NSGerais. Todos os servidores inscritos no evento obtiveram e apresentaram o seu certificado de participação.

6.2.1.2 INFORMAÇÃO

Reduzida execução de despesas na modalidade dispensa de licitação.

Fato

As despesas realizadas por meio da modalidade Dispensa de Licitação alcançaram apenas 5,79% das despesas totais da 8ª SPRF/SC no exercício de 2012, indicando que a unidade abstem-se de efetuar compras diretas. Foi evidenciado um quantitativo de 09 processos de aquisição/contratação direta de bens e serviços no ano de 2012 que alcançaram o valor de R\$ 700.339,04. Foi realizado exame em dois processos, que representam 22,22% dos processos realizados na modalidade de Dispensa de Licitação.



Processo	Objeto	Valor Global
Nº Compra: 001 Nº Processo: 08666006541201271	Serviços de transporte de mudança - remoção de servidor por ex officio	3.000,00
Nº Compra: 004 Nº Processo: 08666003644201280	Papel glossy laser	990,00
Nº Compra: 005 Nº Processo: 08666008012201211	Aquisição de placas de Inauguração	2.790,00
Nº Compra: 006 Nº Processo: 08666007514201216	Serviços de transporte	2.273,50
Nº Compra: 007 Nº Processo: 08666006485201275	Grade de Proteção	1.100,00
Nº Compra: 009 Nº Processo: 08666017089201273	Contratação de empresa especializada para confecção e instalação de grades de proteção para ar-condicionado no SRH e a porta do almoxarifado	1.550,00
Nº Compra: 011 Nº Processo: 08666018793201243	Contratação de empresa para provimento de acesso a Internet, com IP fixo público, para viabilizar comunicação de dados na Unidade Operacional de Lages.	1.280,00
Nº Compra: 014 Nº Processo: 08666018186201283	Aquisição de materiais de radiocomunicação	1.889,00
Nº Compra: 015 Nº Processo: 08666019099201214	Contratação de empresa especializada na manutenção preventiva e corretiva de 10 (dez) aparelhos de ar condicionado do tipo janela e 01 (um) aparelho do tipo Split	2.970,00

Os processos examinados foram o 08666007514201216 referente a Serviços de transporte de mudança de servidor removido ex-offício e o processo 08666019099/2012-14 referente à manutenção preventiva e corretiva de 10 (dez) aparelhos de ar condicionado.

Da análise dos processos foi constatado:

- a) Ações de economicidade e sustentabilidade ambiental por parte dos funcionários da 8ª SPRF/SC que instruíram os processos utilizando os papéis em sua frente e verso, reduzindo o consumo de papel;
- b) As contratações examinadas apresentaram justificativas compatíveis com as atividades desempenhadas pela Polícia Rodoviária;
- c) A comprovação da realização da pesquisa de preços em três fornecedores;
- d) Verificação da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista antes da assinatura do contrato;
- e) O correto enquadramento da dispensa de licitação no inciso II do art. 24 da Lei 78.666/19;
- f) A submissão dos processos ao parecer da AGU;
- g) Os atestos das despesas firmados por servidores envolvidos no recebimento dos serviços;

Diante do exposto conclui-se que a SPRF/SC evita a execução de despesas por compra direta com utilização da modalidade de Dispensa de Licitação e que os processos das despesas realizadas nesta modalidade estão adequadamente instruídos.

6.2.1.3 INFORMAÇÃO



Controles Internos administrativos sobre licitações adequados.

Fato

Após a análise do balancete de dezembro de 2012 da 8ª SPRF, verificou-se que as despesas executadas pela unidade por modalidade de licitação apresentaram a seguinte composição:

Modalidade	Saldo Empenhado e Liquidado	Percentuais
Tomada de Preços	1.432.088,68	9,79%
Concorrência	2.086.053,63	14,27%
Dispensa de Licitação	700.339,04	4,79%
Licitação Inexigível	162.830,29	1,11%
Não Aplicável	2.434.091,2	16,65%
Suprimentos de Fundos	2.431,93	0,02%
Pregão	7.805.514,75	53,38%
Total das Despesas	14.623.349,52	100,00%

Pela análise da tabela verifica-se que apenas 5,90% das despesas executadas ocorreram sem licitação, por meio de contratação direta, por meio das modalidades “dispensa” ou “inexigibilidade”. Contatou-se também que 77,44% das despesas foram precedidas por procedimentos licitatórios nas modalidades concorrência, tomadas de preço e pregão que conferem maior publicidade ao procedimento de compra. Ressalta-se que houve a predominância na utilização da modalidade pregão na forma eletrônica, com 53,38% das despesas. A utilização do pregão eletrônico, além da publicidade obtida com as publicações legais no Diário Oficial e nas publicações dos jornais locais, também conta com a publicidade conferida pela internet além de facilitar e viabilizar a participação de maior número de fornecedores, por dispensar seu comparecimento presencial na seção de apresentação das propostas.

Constatou-se também o reduzido percentual de realização de despesas com o uso do Cartão Corporativo do Governo Federal, que no exercício de 2012 alcançou, no âmbito da 8ª SPRF/SC 0,02% das despesas da unidade indicando que seu uso foi restrito a despesas urgentes e imprevisíveis, conforme preconizado pelos normativos deste tipo de despesa.

Conclui-se então que a 8ª SPRF/SC vem adotando mecanismos de controle interno adequados para manter a execução das despesas precedidas pelas modalidades de licitação mais adequadas.



Certificado de Auditoria Anual de Contas



Presidência da República - Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

Certificado: 201306098

Unidade Auditada: 8A.SUPERINTEND.DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL

Exercício: 2012

Processo: 08666005196201330

Município - UF: Florianópolis - SC

Foram examinados os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, especialmente aqueles listados no art.10 da IN TCU nº 63/2010, praticados no período de 01/01/2012 a 31/12/2012.

Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria Anual de Contas constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle realizadas ao longo do exercício objeto de exame, sobre a gestão da unidade auditada.

Em função dos exames realizados sobre o escopo selecionado, consubstanciados no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201306098, proponho que o encaminhamento das contas dos responsáveis referidos no art. 10 da IN TCU nº 63/2010 constantes das folhas 02 a 11 do processo, seja pela regularidade.

Florianópolis/SC, 25 de Junho de 2013.

Chefe da Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina

Parecer de Dirigente do Controle Interno



Presidência da República - Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

Relatório: 201306098

Exercício: 2012

Processo: 08666.005196/2013-30

Unidade Auditada: 8ª SUPERINTEND. DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Município/UF: Florianópolis/SC

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da Controladoria-Geral da União quanto à prestação de contas do exercício de 2012 da Unidade acima referenciada, expressamos nossa opinião sobre o desempenho e a conformidade dos atos de gestão dos agentes relacionados no rol de responsáveis, a partir dos principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria.

2. O estabelecimento dos indicadores de desempenho de gestão está centralizado no Departamento de Polícia Rodoviária Federal em Brasília, cabendo às Superintendências Regionais a execução das ações finalísticas, na medida em que são disponibilizados os recursos orçamentários e financeiros.

3. Como principais realizações da UJ no exercício de 2012 destacam-se a redução, em relação ao ano anterior, de 12% do número de vítimas fatais em acidentes de trânsito nas rodovias federais, 5,8% na quantidade de feridos e 7% na quantidade de acidentes, em que pese o aumento, em aproximadamente 7%, do número de veículos em circulação. Contribuiu para a obtenção deste resultado, a intensificação de operações especiais em períodos críticos, em especial a operação Sentinela, que permaneceu ativa durante a maior parte do ano, resultando na fiscalização de 771.212 veículos, 331.298 pessoas e 39.680 procedimentos de fiscalização de alcoolemia ao volante, além de ações voltadas para a educação do trânsito, que alcançaram 8.000 pessoas.

4. Não foram constatadas desconformidades ou irregularidades que pudessem impactar a execução das políticas públicas a cargo da Unidade, como também não foram formuladas recomendações pela Controladoria-Geral da União à Unidade examinada.

5. Não há recomendações do Plano de Providências Permanente nem determinações/recomendações do Tribunal de Contas da União pendentes de atendimento. A Unidade não foi relacionada na Decisão Normativa TCU/Nº 117/2011, para apresentação de processo de contas do exercício de 2011.

6. Com relação aos controles internos administrativos da Unidade, foi possível observar que os componentes ambiente de controle, avaliação de riscos, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento apresentam-se consistentes, com alguma fragilidade na gestão de pessoas, em razão do reduzido número de servidores lotados na Corregedoria do Órgão.

7. Como prática administrativa que trouxe impactos positivos sobre as operações, pode-se apontar os Acordos firmados com as prefeituras municipais do Estado, visando o recolhimento e guarda dos veículos. Essa era uma necessidade premente, que dificultava sobremaneira a fiscalização dos veículos e o atendimento de acidentes de trânsito, visto que na maior parte das Unidades operacionais não há local apropriado para a guarda dos veículos apreendidos.

8. Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN/TCU/n.º 63/2010 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a proposta expressa no Certificado de Auditoria a respeito da **regularidade** das contas dos gestores integrantes do rol do art.10 da IN TCU nº 63, constantes das folhas 02 a 11 do processo.

9. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília/DF, de julho de 2013.

SANDRA MARIA DEUD BRUM
Diretora de Auditoria da Área Social - Substituta